



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA
Estado de Minas Gerais

LEI Nº 936, DE 18 DE JUNHO DE 2.025

“Altera a Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999 e dá outras providências”

A Câmara dos Vereadores do Município de São José da Barra aprovou, e eu, Prefeito do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A alienação dos lotes do Distrito Industrial será efetuada mediante concessão de direito real de uso, devendo constar do Termo os encargos do concessionário e a cláusula de retrocessão, em caso de seu não cumprimento, sem direito à indenização a qualquer título.

§ 1º A concessão de direito real de uso deverá ser precedida de processo licitatório.

§ 2º A concessão de direito real de uso se dará por um prazo de 20 (vinte) anos.

§ 3º Ao final do prazo de 20 (vinte) anos, cumpridos pelo concessionário todos os encargos, a concessão poderá ser renovada pelo mesmo prazo, havendo interesse das partes envolvidas.”

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A concessão de que trata esta Lei se reveste de inalienabilidade, ficando vedado à concessionária emprestar, permitir, alugar, sub-rogar ou alienar o imóvel sob qualquer forma, sob pena de anulação do ato e reversão do imóvel, livre de quaisquer impedimentos, sem prejuízo das medidas administrativas, civis ou penais.

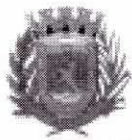
§ 1º Excetua-se deste artigo a autorização formal conferida à concessionária para atuar em regime de cooperação com outras empresas para fins da consecução dos objetivos da presente lei.

§ 2º Além das proibições constantes do caput deste artigo, constituem motivo para a revogação da concessão as seguintes situações:

- I - Paralisação e/ou não funcionamento das atividades pela empresa concessionária, por período superior a um ano e dia, salvo força maior ou caso fortuito;*
- II – Falência ou outras causas de extinção da empresa;*
- III – Desvio de finalidade na utilização do imóvel.*

Art. 3º O art. 6º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A concessionária ficará sujeita aos seguintes ônus e encargos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA

Estado de Minas Gerais

- I – iniciar as atividades da empresa no prazo máximo de 02 (dois) anos após a assinatura do contrato de concessão;*
- II – manter o número mínimo de 02 (dois) empregos diretos e/ou indiretos durante o período de concessão;***
- III – responsabilizar-se pelas despesas de água e energia elétrica do imóvel, assim como, pelos demais custos de consumo e manutenção deste;*
- IV – arcar com todas as despesas tributárias: impostos, taxas, contribuições incidentes sobre o referido imóvel;*
- V – manter durante todo o prazo de concessão as atividades da empresa conforme finalidade prevista na lei autorizativa;*
- VI – obter junto aos órgãos competentes todas as autorizações e licenciamentos necessários para funcionamento e manutenção da empresa no local;*
- VII – providenciar sistema individual de esgotamento sanitário;*
- VIII – zelar pela segurança e higiene do estabelecimento;*
- IX – manter-se em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias da empresa.*

Art. 4º O art. 8º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º As despesas eventualmente decorrentes do registro do instrumento particular de concessão de direito real de uso, correrão por conta do concessionário.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 9º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999 e a Lei nº 118, de 14 de fevereiro de 2.001.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São José da Barra, 18 de junho de 2.025


Marcelo Rodrigues da Silva
Prefeito do Município

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PUBLICADO EM 18 / 06 / 2025 POR
AFIXAÇÃO NO QUADRO DE AVISO
DA PREFEITURA MUNICIPAL.